

# REVISTA MARACANAN

## Entrevista

### Entrevista com o Prof. Dr. Sidney Chalhoub (Harvard University)

*Interview with Prof. Dr. Sidney Chalhoub (Harvard University)*

**Paula Arantes Botelho Briglia Habib\***

INFES/Universidade Federal Fluminense  
Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil

**Silvio Cezar de Souza Lima\*\***


Universidade Federal Fluminense  
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil




---


Entrevista concedida a Paula Arantes Botelho Briglia Habib e Silvio Cezar de Souza Lima e realizada pela plataforma *Google Meet*, em 5 de novembro de 2020, para composição do dossiê n. 27 (2021) - "Raça, Ciência e Saúde no contexto da escravidão e do pós-Abolição" da *Revista Maracanan*.


\* Professora Adjunta de História do Brasil República, no curso de Educação do Campo, no Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense (Infes/UFF). Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ) e Mestre em História Social pela Unicamp. (paulahabib@id.uff.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-5503-5134>

 <http://lattes.cnpq.br/4715013949595967>

\*\*Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e Mestre em História das ciências e da saúde pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ). (silviolima@id.uff.br)

 <https://orcid.org/0000-0002-5422-7214>

 <http://lattes.cnpq.br/6615962296256883>

**Entrevistadores:** Sidney, primeiramente, muito obrigada por nos conceder essa entrevista. Enviamos um roteiro prévio para você. Pensamos em algumas perguntas, algumas de cunho mais geral e outras mais específicas sobre o tema do dossiê. Achamos interessante, em primeiro lugar, ouvir quem é você, porque você fez História, quem é o Sidney historiador. Que você possa nos falar um pouco dessa trajetória, das escolhas, quem foram os autores que te influenciaram. A *Maracanan* tem uma circulação grande, inclusive entre estudantes de graduação. Então, é um registro importante que nós achamos interessante fazer.

**Sidney Chalhoub:** Primeiro, obrigado a vocês pelo convite para esta conversa. Se alunos de graduação também são um público importante para vocês, talvez seja interessante eu começar dizendo que nunca pensei em ser historiador. Não foi uma coisa planejada. Em algum momento durante o segundo grau, como se chamava naquela época, eu decidi que queria ser professor. Essa foi a primeira decisão. Mas, eu não sabia de que disciplina, durante um tempo eu fiquei na dúvida se devia fazer curso de graduação em História ou em Matemática. Acabei decidindo fazer História. Evidentemente eu teria feito uma loucura se tivesse optado pela outra disciplina. Eu entrei na UFRJ,<sup>1</sup> muito sem saber direito o que eu estava fazendo. Eu cresci numa família tijuicana de classe média, muito conservadora, que não falava de política. Os meus contatos com o que acontecia no Brasil naquele período, início a meados dos anos 70, por incrível que pareça aconteciam pelo fato de eu saber inglês bem, porque eu estudava desde novo. Eu lia aquelas notícias na biblioteca do curso de inglês que eu fazia, no IBEU.<sup>2</sup> Sobre tortura no Brasil, sobre ditadura, e sobre aquelas coisas terríveis que aconteciam no país, que na verdade não faziam parte da minha experiência de garoto de classe média, politicamente muito limitado no acesso a outras informações que não aquelas estritamente da escola, que era muito reprimida no período. Os professores não falavam desses temas políticos e a família também não discutia o momento político do Brasil.

Aí eu entrei na UFRJ, no IFCS, foi um susto!<sup>3</sup>

Era um ambiente extremamente repressivo. A gente tinha aula às vezes com camburão parado na porta da frente da faculdade... Com o tempo, eu fui entendendo que os professores que davam aula para nós, mesmo alguns que se esforçavam e tal, estavam ali em parte porque tinham passado por um crivo político também. Vários professores que a gente escutava falar que tinham uma contribuição importante do ponto de vista de pesquisa estavam exilados. E aí eu tive minha primeira crise, que não foi política. Eu fiquei revoltado com a mediocridade do curso. Várias aulas eram horríveis, os professores não preparavam a aula. Além do clima

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Instituto Brasil-Estados Unidos, escola de idiomas.

<sup>3</sup> Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, IFCS.

repressivo, era de uma mediocridade intelectual que saltava aos olhos. E aí eu comecei a buscar alternativas. É claro que para tudo tem exceção. Havia alguns professores que eram bons, faziam um bom trabalho e tal. Mas o clima geral, além de opressivo, era de gente que não preparava a aula, de gente que não pesquisava, não tinha uma trajetória de pesquisa importante naquilo que ensinava. Então, aos poucos foi ficando claro para mim que aquilo ali era difícil de aguentar. A melhor parte eram os colegas, amigos que fiz lá. Hoje, quando penso na minha turma do IFCS/UFRJ de 1975, que entrou em 75... Olha, vou dizer vários nomes que vocês irão reconhecer de imediato: Martha Abreu, Gladys Ribeiro, João Luís Fragoso... Todos nós éramos da mesma turma no IFCS. E José Antônio Dabdab Trabulsi, professor de História Antiga da UFMG.<sup>4</sup> Então, quando você olha o que era aquele curso e as pessoas que estavam lá pra fazer o curso, havia uma discrepância enorme. O curso não estava à altura do alunado que tinha lá. No meu caso, acabei encontrando uma alternativa exatamente pela mesma via do inglês. Eu entrei em uma seleção para estudar no exterior, que era organizada pelo curso de inglês que eu fazia, que era o IBEU. Depois de um ano e meio de curso na UFRJ, eu vim para os Estados Unidos. Fui para uma *Liberal Arts College*, como eles chamam, Lawrence University, no estado de Wisconsin, no meio da neve, uma coisa totalmente diferente... Eu nunca tinha saído do Brasil. Encontrei um curso de alto nível, aulas excelentes, professores fantásticos, uma biblioteca incrível... Foi quando comecei a pensar seriamente, pela primeira vez, em me tornar historiador. Porque antes eu achava que ia fazer o curso de História para dar aula de História para o segundo grau. Porque eu adorava meus professores de História da escola, queria ser como eles. E aí eu fui fazendo os cursos lá, tinha um acompanhamento muito próximo de alguns professores e principalmente do meu orientador. Havia o orientador de graduação. O que se tinha era um apoio muito grande ao estudante. E aí, um dia ele me perguntou: "O que você vai fazer depois do curso de graduação?" Eu falei: "Ah... Não sei. Porque talvez eu volte para o Brasil, mas não sei como está a situação lá". Aí ele disse mais ou menos assim: "Você não pensou em fazer pós-graduação, em se tornar historiador? Eu acho que você tem jeito para fazer pesquisa..." Foi quando comecei a pensar em fazer pós-graduação, em ser professor e pesquisador. A ideia era fazer pós-graduação nos Estados Unidos, porque no Brasil eu não tinha ideia de alternativas. A experiência na UFRJ não tinha sido boa.

Mandei *applications*, fui aceito em várias universidades norte-americanas. Mas, na época, não era como hoje. Hoje em dia, se você entra num programa de pós-graduação numa universidade como Harvard, você tem bolsa integral para estudar. Eu havia tido bolsa quase integral para estudar nos Estados Unidos na graduação. Então, eu precisava de bolsa para fazer pós-graduação no exterior, além de juntar dinheiro para cobrir as despesas. Estava fazendo isso, havia algumas universidades em mira e tal. Mas logo que eu voltei para o Brasil veio a anistia, em agosto de 1979. Os professores que estavam exilados voltaram a dar aulas na UFRJ e na UFF: Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Ciro Flamarion Cardoso... Eu enfrentei um problema ao voltar ao Brasil, depois de quase dois anos de curso no exterior e de ter completado a

---

<sup>4</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

graduação em Lawrence University. Fiz o pedido para o reconhecimento do meu diploma. A professora que ficou de fazer a avaliação, uma que eu achava particularmente terrível, olhava o meu histórico, as matérias que eu tinha feito no exterior... Até que um dia ela disse para mim mais ou menos assim: "É... Não vai dar para reconhecer esse diploma". E eu: "Por que professora?". [Ela:] "Ah... Porque, por exemplo, você não fez História do Brasil, você não estudou História do Brasil..." Aí eu disse o seguinte: "É... Realmente, como eu fiz a segunda parte da graduação nos Estados Unidos, a história nacional lá é a História dos Estados Unidos". E pensei comigo que, realmente, por esse critério eu estava perdido, não conseguiria revalidar o diploma nunca. Já que a situação parecia difícil, fiz o seguinte: enquanto dava aula de inglês, economizando para voltar para os Estados Unidos, fui fazendo as disciplinas que ela dizia que eu teria que fazer (que não eram apenas as de História do Brasil). Fiz disciplinas com Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo. Busquei os exilados retornados.

Entre os retornados com os quais fiz disciplinas estava Manoel Maurício de Albuquerque, que não fora para o exterior, mas havia sido afastado da universidade, preso e torturado pela ditadura. Manoel Maurício era um professor do qual você escutava falar no Rio de Janeiro inteiro. Era aquele professor brilhante que dava aula nos cursinhos de preparação ao vestibular: Impacto, Bahiense... Era um fenômeno na cidade. Todo mundo contava histórias sobre Manoel Maurício de Albuquerque, pelo brilhantismo das aulas dele e das anedotas que corriam... Tinha uma que eu nunca esqueci, que eu achava super divertida. Segundo a lenda, o diretor de um desses cursinhos estava muito chateado com o resultado que os alunos estavam tendo nos vestibulares simulados. Numa reunião com os professores, no meio da bronca geral, o diretor teria dito mais ou menos assim: "Vocês têm de fazer alguma coisa para os alunos prestarem atenção na aula, aqui nesse cursinho só não pode ter bicha e comunista". Aí o Manoel Maurício levantou e foi embora. Essa história corria na cidade toda, a juventude ria dessa história. Tive aula com Manoel Maurício. Ele dava uma aula, assim, que você ficava como que hipnotizado. Ele morreu logo depois, em 1981, um enfarte fulminante numa livraria perto do IFCS, se lembro bem. Numa entrevista que deu logo depois de ter sido reintegrado à universidade, perguntaram para ele como haviam sido aqueles anos de afastamento compulsório. Em contraste com outros professores, que apesar do sofrimento do exílio, conseguiram continuar as suas carreiras no ensino superior, foram contratados por universidades no exterior, Manoel Maurício ficara no país dando aula nos cursinhos. Então, à pergunta sobre como havia sido a experiência do afastamento da universidade, ele disse que havia sido "uma morte lenta". Sério, um troço assim. Disse que morria aos poucos todos os dias. Esse contraste ficou comigo, entre a percepção na cidade inteira de que aquele era um professor brilhante, admirado por todos, e o testemunho dele do sofrimento em silêncio.

A situação do meu diploma foi resolvida graças a Maria Yedda Linhares, que comprou uma briga dentro do Departamento. Maria Yedda me apadrinhou, como se dizia no século XIX e boa parte do XX. Aconteceu assim. A UFRJ tinha aquela coisa maluca de aulas que começavam às 7 horas da manhã. A Profa. Maria Yedda, no pique de quem retornava à universidade, chegava no horário. Além dela, só eu! Então tínhamos longos minutos para conversar. Ela fazia

perguntas, e depois de um tempo começou a dar conselhos, a dizer que eu devia fazer pós-graduação na UFF, que as coisas estavam recomeçando no país, que eu não tinha nada de voltar para o exterior.<sup>5</sup> Em algum momento contei para ela que eu não tinha meu diploma revalidado, que o processo estava complicado. Então ela se interessou pelo caso, ficou logo tudo resolvido e eu comecei o mestrado na UFF em 1981. Meus colegas de turma eram Hebe Mattos, Marta Abreu, Gladys Ribeiro, Sheila Faria, Celeste Zenha... Era uma turma fantástica, tendo aula com Eulália, com Maria Yedda Linhares, Ciro Cardoso, Margarida Neves, Robert Slenes, que se tornou meu orientador. Foi uma experiência maravilhosa. Nos anos 1980 havia aquela coisa: você acreditava no futuro. É uma coisa até difícil de explicar hoje em dia. A ditadura ainda estava lá, ia ter campanha de Diretas Já, que seria derrotada, haveria ainda alguns percalços. Mas havia horizonte de futuro como uma experiência compartilhada. É interessante como o registro do tempo é diferente a depender da perspectiva. Os economistas chamam a década de 1980 de "década perdida". Era tempo de hiperinflação. Era aquela coisa, você recebia o salário no dia primeiro dia do mês, tinha que comprar tudo de que precisava na primeira semana, porque quando chegava a terceira semana do mês, o salário já valia 30% a menos. Era um inferno a vida econômica. E, no entanto, a lembrança que eu tenho daquele tempo, é a de que a gente acreditava no futuro. Acreditava que a Ditadura ia embora, que havia uma perspectiva positiva. Fiz então o mestrado na UFF.

Logo depois disso começa logo a trajetória mais profissional. Em 1984, fui fazer doutorado na UNICAMP.<sup>6</sup> Antes passara um ano dando aula em Ouro Preto, na Universidade Federal de Ouro Preto. Depois eu decidi sair de lá, pedi demissão, para fazer doutorado na UNICAMP. Um ano depois houve um concurso na UNICAMP e comecei a dar aulas lá em 1985. Fiquei na universidade por 30 anos. Aí já entra em uma outra parte da história, eu acho.

**Uma coisa que eu acho que é importante você falar, inclusive para a gente entrar um pouco no tema do dossiê, é sobre as suas influências. Porque, eu fui sua aluna. E, não só você, mas outros professores ficaram muito marcados pela influência thompsoniana. Eu sou devota, do [Edward Palmer] Thompson, e falo sempre para meus alunos sobre a importância de ler Thompson. Isto é por conta da UNICAMP, de professores que tive, inclusive você. Mas seria legal, falar sobre isso. É uma percepção minha, de "construção da memória".**

Quando cheguei à UNICAMP, eu estava começando a pesquisa para o doutorado, que virou o livro *Visões da Liberdade*.<sup>7</sup> Pensava numa espécie de continuação do *Trabalho, Lar e*

<sup>5</sup> UFF - Universidade Federal Fluminense.

<sup>6</sup> UNICAMP – Universidade de Campinas.

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte*. SP: Cia das Letras, 1990.

*Botequim*, só que recuando no tempo.<sup>8</sup> Queria continuar a ler processos criminais. Tive acesso aos processos do Primeiro Tribunal do Júri, do Rio, que ficava no próprio Júri na época. Havia lá muitos processos de escravos. Fui ler ações de liberdade também, no Arquivo Nacional, naquele período. Fui juntando as duas coisas. Não havia, naquela época, nenhum trabalho usando ações de liberdade de escravos. Foi importante chegar à UNICAMP quando o Departamento de História decidira constituir uma área de História da Escravidão. Peter Eisenberg e Robert Slenes já estavam lá. Em seguida, entraram Leila Algranti, que tinha feito um trabalho importante sobre escravidão urbana no Rio; Sílvia Lara que fazia a tese dela, que virou o *Campos da Violência*;<sup>9</sup> Celia Maria Marinho de Azevedo, que tinha feito o *Onda negra, medo branco*, um livro fantástico também sobre escravidão nas últimas décadas do século XIX, orientada pelo Peter Eisenberg. De repente, Paula, literalmente, eu pensei assim: "Nossa, eu estou no melhor lugar do mundo para fazer uma tese sobre escravidão no Brasil". Vários colegas próximos eram pesquisadores do assunto, podiam dar sugestões, comentar meus textos, sugerir fontes e bibliografia. O livro resultou de um esforço de pesquisa grande e utiliza de forma detalhada fontes então ainda não exploradas dessa forma num trabalho sobre escravidão. Mas acho que o principal naquele livro é que resultou de um ambiente de intercâmbio intelectual absolutamente fantástico. Até hoje, por vezes, encontro dentro de alguns livros meus as cartas que o Peter Eisenberg escrevia naquela época na maquininha de datilografar dele, com os comentários sobre os capítulos que ele ia lendo.

Quero dizer que dei sorte. Eu sempre digo que eu dou muita sorte. Estou sempre no lugar certo na hora certa! Quando eu "fugiu" da UFRJ é porque era para fugir. Quando eu voltei e cheguei na hora da Anistia, voltei na hora que tinha que voltar. Quando eu fui parar na UNICAMP, era para eu estar lá naquele momento. O mesmo já acontecera na UFF. Cheguei lá, em 1981, com os professores que tinham voltado do exílio se juntando à pós-graduação, era um ambiente incrível. Só saí da UFF porque fui atrás de Bob Slenes, que tinha ido para a UNICAMP. Quanto à bibliografia que a gente lia, também era marcada pela efervescência social daquela época. Era aquela experiência de acompanhar os movimentos sociais, depois a agitação toda da Constituinte, depois a eleição da [Luiza] Erundina em São Paulo. De vez em quando eu dava palestras nas quais a principal audiência era o movimento negro. Você lidava com aquele caldeirão político, ao falar sobre assuntos como escravidão, raça, para esse público. As discussões eram muito mais acirradas, havia questionamentos sobre a pesquisa, as conclusões. Tínhamos a percepção de que era importante mergulhar nos arquivos e prestar atenção nos movimentos sociais, e a isso se juntou a busca por uma bibliografia que ajudasse a pensar na questão dos sujeitos na história. A questão era pensar como esses grupos em posição subalterna ou subordinada, oprimidos, fossem eles escravizados, trabalhadores livres, depois indígenas, mulheres, todos os que a gente foi incorporando ao longo do tempo, de como essas pessoas

<sup>8</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar & Botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'Belle Époque*. SP: Brasiliense, 1986.

<sup>9</sup> LARA, Sílvia Hunold. *Campos de Violência. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. RJ: Paz e Terra, 1988.

lidavam com aquilo que faziam delas. Acho essa a melhor definição curta de História Social, não é? O historiador social é aquele que foca na questão do que as pessoas fazem com o que fazem delas, de como elas lidam com as estruturas de dominação que regem o cotidiano delas. Vários autores foram importantes, mas o Thompson era o grande clássico da História Social no período. Evidentemente, ele não escreveu nada sobre escravidão, escreveu pouco sobre gênero. Tê-lo como referência principal talvez tenha contribuído para adiar nosso interesse por questões de gênero, que demorou muito a aparecer na linha de História Social do Trabalho na UNICAMP. As obras de Thompson permitiam que a gente tratasse de questões como consciência de classe, economia moral, em período anterior ao advento do movimento operário organizado. Esse tema já me interessava desde *Trabalho, Lar e Botequim*, pois lá estudei processos criminais de homicídio exatamente porque eles permitiam acompanhar experiências de trabalhadores fora do movimento operário organizado. A História do Trabalho, até aquele período, era muito a História do Movimento Operário. Thompson, apesar de *A formação da classe operária inglesa* ser um livro voltado principalmente à história da classe operária, ele aborda o tema em outra perspectiva, atenta à cultura dos trabalhadores, à experiência cotidiana deles. Ele aprofundou essa dimensão em trabalhos posteriores.<sup>10</sup> Realmente a obra dele foi muito inspiradora, com todos os limites do ponto de vista de assuntos que ele não tratava e de não focar em temas essenciais na historiografia brasileira, como raça, por exemplo.

Uma coisa que eu não mencionei sobre a experiência de viver no meio da neve em Wisconsin, é que foi a primeira vez que li Marx. Fiz uma disciplina incrível, um seminário que se chamava “Marx e Marxismo”, ensinado por Michael Hittle, professor que era o meu *adviser*, ou orientador de graduação. Ele estava longe de ser um marxista, mas tinha um interesse intelectual enorme por Marx. O meu interesse por Thompson tinha a ver com o fato de que desde que fiz essa disciplina, Marx se tornara minha referência fundamental para tudo. Se Thompson foi a referência mais marcante do ponto de vista de leituras, repito que trabalhar em *Visões da Liberdade* dentro do grupo de pesquisadores em história da escravidão da UNICAMP foi o mais essencial para que eu formulasse as perguntas que guiariam a pesquisa e a escrita, para que eu entendesse como deveria estruturar o trabalho. Até hoje às vezes me pergunto como tive a ideia de fazer isso ou aquilo naquele livro, e a resposta óbvia é que eu escutava o que Robert Slenes sugeria que eu fizesse, assim como Peter Eisenberg, Silvia Lara, Celia Azevedo, Leila Algranti. Eu tinha vários interlocutores, muita gente dando ideia.

**Estou lembrando aqui, porque tirando o Peter, todos foram meus professores. Mas, [continuando], você falou do *Trabalho, Lar e Botequim*, do *Visões da Liberdade*... Aí vem o *Cidade Febril*, que para nós, que trabalhamos com essa temática de “raça, ciência e saúde” – o Silvio e a Iamara Viana no contexto da escravidão, eu continuo no século XX – foi precursor, seus argumentos e as perspectivas de análise sobre raça,**

<sup>10</sup> THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 3 vols.

**ciência, saúde. Naquele momento, aquilo abriu caminho para muitos outros estudos sobre o tema. O Silvio já falou que ele foi pra área de história da saúde por conta do livro, outras pessoas já falaram isso pra mim também. Então, para juntar aqui duas perguntas, você fala um pouquinho na apresentação do *Cidade Febril* como você chegou ao tema. Mas, se você puder falar um pouquinho mais e como foi trabalhar com esse tema naquele início dos anos 1990. Porque o livro é de 1996, então pensando que você fez a pesquisa no início dos anos 1990. Como você vê essa área de 1996 para cá. Em 2003 você organiza o *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*, com textos de orientandos e orientandas seus.<sup>11</sup> Enfim, de 1996 para 2020, como você vê, como você tem acompanhado o desenvolvimento dessas pesquisas.**

Bem, primeiro como o livro aparece. Eu explico na introdução do *Cidade Febril*, e é uma coisa que acontece sempre comigo. Às vezes tenho a impressão de estar escrevendo eternamente o mesmo livro. Porque, na verdade, a questão que se segue tem a ver com alguma coisa que ficou mal resolvida na pesquisa anterior. Nesse caso, eu tinha um número grande de processos sobre cortiços que eu tinha lido no material do primeiro tribunal do júri. Quer dizer, conflitos urbanos envolvendo escravos ou não, que aconteciam dentro de cortiços. Usei pouquíssimo disso no *Visões da Liberdade*. Aquelas dezenas de processos narrando eventos em cortiços pareciam a pesquisa que Aluísio Azevedo fizera para escrever *O Cortiço*. O tema era fascinante e a pesquisa começou aí. Pensava, digamos, numa versão historiográfica do romance *O Cortiço*, na minha maneira ingênua de ver as coisas naquela época. Fui atrás de outras fontes, além dos processos, claro, e aí encontrei o material da Junta Central de Higiene, que estava basicamente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), e comecei a ler aqueles relatórios dos higienistas, a ver os vários temas abordados neles. Aos poucos, fui mudando de interesse. Aí aconteceu uma coisa muito inesperada: houve um incêndio no AGCRJ. Eu estava no Rio de Janeiro para passar seis meses pesquisando, só por conta disso, para fazer a pesquisa, que era toda naquele arquivo. Pelo que lembro, fora um incêndio no subsolo, não destruíra acervo, mas a instituição ficou fechada por vários meses. Pensei: "E agora, o que eu faço?" E isso foi interessante, porque comecei a procurar o material da Junta Central de Higiene no Ministério do Império, ao qual ela estava subordinada. Aprendi muito fazendo essa pesquisa, no sentido de entender como funcionava a administração pública. Pesquisei que assuntos cada ministério tratava, via o organograma dos ministérios. Isso permitiu que eu começasse a navegar melhor por dentro da organização do próprio material do Arquivo Nacional. O que depois permitiu que eu achasse Machado de Assis, em qualquer lugar que ele estivesse dentro daquela papelada, porque pude segui-lo segundo o organograma dos ministérios. Então achei para onde o material da Junta de Higiene devia estar sendo enviado. Li, no Arquivo Nacional, tudo o que a

---

<sup>11</sup> CHALHOUB, Sidney (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.



Junta de Higiene mandava para o Ministério do Império. Nem voltei ao acervo da Junta de Higiene no AGCRJ, pois encontrara material de sobra no Arquivo Nacional.

O livro acabou se concentrando nesses três temas: cortiço, febre amarela e varíola/vacina/vacínofobia. Quanto à escrita do livro, eu me senti, digamos assim, um pouco liberado, livre. Eu tinha feito mestrado e doutorado, não havia mais aquela preocupação de escrever uma tese no sentido tradicional, de entupir os leitores com mais demonstração do que o necessário para fundamentar as histórias que eu tinha para contar. Todavia, defendi *Cidade Febril* como tese de livre docência, numa banca que tinha Margarida de Souza Neves, uma professora muito querida, super rigorosa na leitura, Marilena Chauí, Peter Burke, e mais Alcir Lenharo e Robert Slenes como membros internos à UNICAMP. Eu me apeguei ao título que eu obtive com o livro, que era "Livre Docente". Primeiro eu sou "Livre", depois "Docente". Não sacrifiquei nada em termos de conteúdo escrevendo o livro daquela maneira, mas até hoje é o meu livro mais acessível, mais lido e citado, em parte talvez porque foi escrito nesse espírito.

A pesquisa foi uma experiência maravilhosa, porque eu não sabia nada sobre esses temas. Diferentemente do tema da escravidão, não havia ainda uma historiografia importante sobre o assunto no Brasil. Então fui aprendendo ao explorar os arquivos. O capítulo final, sobre varíola e vacina, foi muito difícil de escrever, de me convencer do próprio argumento, porque muito do que está dito ali exigiu certos saltos de imaginação interpretativa, de deduzir o que devia estar acontecendo. São coisas que não estão literalmente nas fontes, mas que fui deduzindo, buscando explicações plausíveis. Aprendi escrevendo aquele texto que muitas vezes o que o historiador faz é mostrar que determinadas interpretações são apenas plausíveis, não podem ser provadas de maneira cabal. Mas não se pode abrir mão dessa imaginação controlada, disciplinada, que as fontes permitem, e dar saltos de interpretação. Essa é uma das partes mais interessantes do nosso trabalho, às vezes a que abre caminho para novas fronteiras de investigação. Não se pode ficar travado por uma exigência de demonstração que não pode ser atendida, ou que é simplesmente excessiva, quando você tem motivos de sobra para pensar que já se chegou à interpretação mais plausível. Deve-se conviver com a ideia de que, mais adiante, alguém pode provar que você está errado. Até agora não me aconteceu, mas sempre pode acontecer. No capítulo sobre febre amarela, já houvera certo salto interpretativo, ainda que menos arriscado do que no texto sobre varíola e vacina. Argumento no capítulo que a política de saúde pública na segunda metade do Oitocentos tinha uma dimensão racial bastante importante, mesmo quando essa dimensão não aparecia literalmente nas fontes analisadas no capítulo. Minha visão havia sido informada em parte pelo que se disse sobre a febre amarela depois, como um discurso do Ruy Barbosa que é fantástico, interpretando a febre amarela de modo racializado. Mas o texto do Ruy apenas aumentou a clareza retrospectivamente, trouxe mais à tona o sentido racial que estivera muito associado à febre amarela, mesmo quando não expresso de forma clara.<sup>12</sup> Apareceram algumas críticas, principalmente mais para o final da

---

<sup>12</sup> BARBOSA, Ruy. *Oswaldo Cruz*. Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

década de 1990, se lembro bem. Durante o governo do Fernando Henrique houve uma politização inicial dessa discussão, pois aquele governo reconheceu o racismo como um problema do Estado brasileiro. Mas as políticas de ação afirmativa entram mesmo em pauta nos governos do PT. Então alguns colegas começaram a ler *Cidade Febril* como um livro que estava inventando a questão da raça, que isso não existia no país. Eram colegas que se opunham à adoção de políticas de ação afirmativa. Eu confesso para você que fiz o livro todo, pesquisa e escrita, sem ter isso na minha cabeça, não fazia parte da dinâmica política, não tinha nada a ver com o que eu estava pensando. Tirei as conclusões às quais o próprio estudo havia me levado, quer dizer, que a racialização ocorria conforme o contexto brasileiro, caracterizado por uma ideologia racial que tem como uma de suas pedras de toque a negativa de sua própria existência. Na verdade, o estudo da febre amarela no Oitocentos é uma perspectiva privilegiada para entender a formação dessa ideologia racial específica no Brasil. Porém as fontes quase nunca falam literalmente disso. É preciso aprender a ver e interpretar como as prioridades estão informadas por uma visão racializada do mundo, às vezes racista mesmo do mundo. Enfim, esses dois capítulos de *Cidade Febril* se baseiam em argumentos de plausibilidade, mais do que numa demonstração positiva no sentido tradicional. Mas fiquei com aquelas críticas sobre o capítulo da febre amarela na cabeça, quem sabe à espera de lidar com elas se houvesse ocasião.

Vou dar um salto agora no tempo, depois falo da parte da pergunta sobre a situação da bibliografia sobre história e saúde.

Quando começou a COVID-19, eu fiquei trancado aqui em Cambridge, no meu apartamento, sem poder sair de casa. Depois de um tempo feliz com isso, porque às vezes a humanidade cansa muito, comecei a me perguntar: "O que eu vou fazer agora?" Resolvi revisitar o tema das epidemias. Lembrei de um livro que sempre me fascinou, de José Pereira Rego, o principal higienista do Império, presidente da Junta Central de Higiene durante muitos anos, presidente da Academia Imperial de Medicina... Ele exerceu todos os cargos principais de saúde pública na segunda metade do século XIX e era influente na própria profissão médica no período devido à liderança dele na Academia Imperial de Medicina. O livro, escrito logo após a epidemia de 1850, publicado em 1851, intitula-se *História e descrição da febre amarella epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*.<sup>13</sup> Quando começou a atual pandemia, todos os problemas que aparecem no livro passaram a se desenrolar diante dos meus olhos. Quer dizer, ninguém sabia direito como a COVID se espalhava. A gente esquece rápido, mas no início a preocupação principal era com as coisas que você tocava. Depois veio a questão da contaminação pelas vias aéreas, por essas partículas, gotículas, que foram diminuindo cada vez mais de tamanho, antes eram os pingos de saliva que saíam quando você falava ou tossia, depois vieram as gotículas invisíveis, daqui a pouco você via no jornal representações daquelas nuvens de gotículas contaminando os ambientes. Aí você entende como se sabia pouco, como os cientistas estavam aprendendo no voo, o que é totalmente compreensível. Ao mesmo tempo, eles descobriram toda

---

<sup>13</sup> PEREIRA REGO, José. *Historia e descrição da febre amarella epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typografia da F. de Paula Brito, 1851.

a parte genética muito rapidamente. Mas a transmissão continuava um desafio. Até que ponto a máscara protege, ou que tipo de máscara oferece mais proteção? José Pereira Rego, por seu turno, descreve como lidar com a febre amarela a partir do paradigma dos miasmas, sem ter a mínima noção de que ela é transmitida por mosquito. E tratamento? Não havia nenhuma ideia de como tratar doente de febre amarela. Logo se criou uma controvérsia enorme a respeito da sangria, se a sangria era benéfica ou não aos pacientes. Havia outras “terapias heroicas” que eram utilizadas e que começaram a ser questionadas de maneira muito forte. Havia também a questão da homeopatia.

Resolvi propor para a Editora Chão a publicação de uma edição crítica do livro do Pereira Rego. Escrevi para Marta Garcia, que é a editora da Chão, que havia cuidado de todos os meus livros na Companhia das Letras desde os anos 90. Ela topou, e fazer esse trabalho foi a minha terapia nos primeiros seis ou sete meses de quarentena. Foi uma experiência fascinante fazer esse troço, porque aí eu voltei para o tema das epidemias com os olhos de quem estava enfrentando uma.<sup>14</sup> Tentei me atualizar na bibliografia, li um artigo do Silvio sobre o Cruz Jobim e várias coisas do pessoal lá da Fiocruz [Fundação Oswaldo Cruz], porque há muita produção interessante.<sup>15</sup> Fui logo para a *Manguinhos*, porque ela é referência para saber o que está acontecendo na área.<sup>16</sup> Tentei me atualizar um pouco, pois confesso não haver lido muito sobre o tema desde meados dos anos 2000, quando ainda tinha estudantes na UNICAMP pesquisando na área. Fiz uma atualização bibliográfica voltada principalmente para a questão da relação entre doença e raça, em especial no que diz respeito a febre amarela. A bibliografia cresceu bastante quanto à relação entre febre amarela e tráfico africano, febre amarela e raça no mundo atlântico em geral, mas não muito no Brasil. Então mergulhei de novo no tema, mas resolvi fazer uma pesquisa totalmente diferente da que eu tinha feito para *Cidade Febril*. Até mesmo porque eu estou trancado aqui em Cambridge e todo o material de pesquisa do *Cidade Febril* está em casa em Campinas. Também não teria nenhuma graça fazer esse estudo crítico baseado em material pesquisado décadas atrás. Agora pesquisei em especial periódicos disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional e livros de época disponíveis na *Brasiliense* da USP e no sistema de bibliotecas de Harvard, que é incrível. Fiz finalmente uma leitura séria dos *Anais Brasilienses de Medicina*, buscando textos e passagens sobre raça e febre amarela. Escrevi o estudo crítico para a edição do Pereira Rego revendo em alguma medida aquilo que eu tinha escrito em *Cidade Febril*. Revendo num sentido que até me surpreendeu, pois há muito mais artigo associando diretamente febre amarela e raça nos *Anais Brasilienses de Medicina* do que eu tinha imaginado. Ao contrário do sentido das críticas de duas décadas atrás, de que eu achava raça onde não havia o tema, constatei que questões raciais estavam presentes no conhecimento médico do

<sup>14</sup> REGO, José Pereira, *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. São Paulo, Chão Editora, 2020, posfácio de Sidney Chalhoub (pp. 247-350).

<sup>15</sup> LIMA, Silvio C. de S. Cruz Jobim e as doenças da classe pobre: o corpo escravo e a produção do conhecimento médico na primeira metade do século XIX. *Almanack, Grarúhos* (SP), n. 22, p. 250-278, maio-ago. 2019.

<sup>16</sup> *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, publicação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 out. 2020.

período, e na maneira como esses assuntos eram abordados nos *Anais Brasilienses de Medicina*, de maneira muito mais explicitamente racista do que eu tinha suspeitado. Racista mesmo. Os doutores tinham de lidar com a questão do racismo científico europeu, que se referia à suposta degenerescência dos híbridos, condenava a mestiçagem. Aparecem também artigos relacionando susceptibilidade à doença com raça. A palavra raça já aparece nos periódicos médicos desde o final dos anos 1860, mas se torna muito frequente nas décadas de 1870 e 1880. Há inclusive artigos que tratam da febre amarela de maneira a perceber a susceptibilidade diferenciada à doença segundo as raças. Li o que achei da bibliografia internacional recente sobre febre amarela. A febre amarela era de fato uma doença atlântica, a doença mais importante para entender a emergência das ideologias raciais no mundo atlântico na segunda metade do século XIX. Isso porque ela tem a ver com o tráfico africano, logo tem a ver com África, Brasil, Caribe, sul dos Estados Unidos. Ela conecta todo esse mundo que está imerso na escravidão, e depois no processo de emancipação escrava. No Rio de Janeiro, os médicos viam que a doença matava mais imigrantes, especialmente portugueses, que eram numerosos na capital do Império, do que locais ou pessoas negras livres, libertas ou escravizadas. Esse contraste que os médicos viam quanto à susceptibilidade à doença influencia a formação das ideologias raciais. Isso foi observado em outros lugares do Atlântico também. Na época os médicos colocavam muito a coisa em termos de aclimação, de você estar ou não aclimatado à região na qual ocorria a epidemia. Hoje em dia a história da febre amarela causa certo desconforto entre historiadores, que acham que ela pode dar origem a uma reificação da noção de raça. Faço no estudo crítico (posfácio) ao livro do Pereira Rego o exercício de mostrar que a susceptibilidade diferente à febre amarela não tem nada a ver com raça. Quer dizer, entrei um pouco na bibliografia sobre raça e genética, para discutir o quê os médicos brasileiros e outros provavelmente viam durante uma epidemia de febre amarela. Primeiro, no caso do Rio de Janeiro, havia uma massa enorme de africanos que tinham tido febre amarela na África quando crianças e que, portanto, tinham adquirido imunidade importante à doença, uma resistência que era mais ou menos robusta, mas que fazia com que eles sofressem menos com a doença. O que os médicos estavam vendo era provavelmente uma população local que podia ter tido uma experiência com febre amarela antes, o que não era sabido por eles. Segundo, talvez houvesse uma imunidade cruzada com a dengue, uma hipótese que aparece em parte da bibliografia, que a dengue pudesse prover às pessoas alguma imunidade em relação à febre amarela. Quando chega a febre amarela em 1850, o que os médicos de fato veem é que os locais, os africanos, os negros da região sofrem muito menos da doença do que os imigrantes portugueses e de outras nacionalidades que morrem em grande número. As estatísticas todas mostram isso. A febre amarela permite uma racialização porque houve médicos, ao longo do século XIX, que pensavam a susceptibilidade diferenciada a essa doença como um possível indicativo da existência de raças biologicamente diferentes. Acabei fazendo um texto muito diferente daquilo que está em *Cidade Febril*, mas que reforça os argumentos do livro quanto ao significado histórico da febre amarela. Tento lidar também com a maneira como José Pereira Rego viu a questão. Começo descrevendo a cidade escravista. O Rio de Janeiro tinha 110 mil escravos em

1849, 60% deles nascidos na África. Como isso ajuda a formatar a observação dos médicos, quando chega a crise epidêmica? Como explicavam o contraste entre o que acontecia com os africanos e os portugueses durante as epidemias de febre amarela? Ao fim e ao cabo, os médicos brasileiros, ou muitos dentre eles, falavam mais explicitamente de raça e doença do que eu imaginara ao escrever *Cidade Febril*, livro para o qual não estudei os *Anais Brasilienses de Medicina* com o detalhe que merecia. O estudo mais detalhado desse periódico demonstra que há uma racialização intensa da questão da febre amarela e outras doenças nos anos 1870. Eu não estava inventando nada em *Cidade Febril*, apenas oferecera a interpretação que me parecia mais plausível. O mesmo argumento pode ser proposto no modo tradicional da interpretação positiva, afogando o leitorado em evidências de que aquilo era aquilo mesmo.

Pereira Rego é uma personagem interessante, complexa. Nos textos que escreve durante a década de 1870, ele não argumenta que susceptibilidades diferenciadas a doenças indicam hierarquias entre raças. Ele menciona essa diferente susceptibilidade no caso da febre amarela, porém indica apenas que a doença havia se transformado num obstáculo à imigração, e portanto era um problema sério de saúde pública por causa disso. Mas ele faz um movimento explícito na direção da racialização bem ao final da carreira. No início da década de 1880, Pereira Rego pede demissão dos vários cargos públicos que ocupava na saúde pública –Junta Central de Higiene, Instituto Vacínico, deixa de ser presidente da Academia Imperial de Medicina. Parece que se voltava para a clínica pediátrica. Nesse momento ele escreve um texto sobre mortalidade infantil no Rio em que argumenta que as crianças mestiças apresentavam uma mortalidade maior. Ao explicar o motivo disso, ele se aproxima do argumento racista de que a miscigenação leva ao predomínio das raças inferiores nos “híbridos”, degenerando o povo. É um texto, digamos assim, em que ele se adequa ao que eu vejo como o paradigma de entendimento que se tornava predominante na Academia Imperial de Medicina naquele período. Ele se aproxima da questão pedindo desculpas. É como se ele tivesse que pagar tributo para aquilo que os colegas em torno dele estavam começando a pensar. O filho dele, José Pereira Rego Filho, trabalhava muito nessas questões com Nicolau Moreira, que era um médico extremamente racista. Eles faziam pareceres juntos que apareciam nos *Anaes Brasilienses de Medicina*. Talvez a forma como o próprio filho via a questão tenha influenciado a conclusão do estudo de Pereira Rego sobre mortalidade infantil.

Os desafios enfrentados por Pereira Rego em sua posição de liderança quanto à saúde pública no Império foram de vários tipos. Os humoristas, por exemplo, faziam a festa, em especial a imprensa ilustrada, em periódicos como *O Mosquito* e *Revista Ilustrada*. Numa charge reproduzida no posfácio, Pereira Rego aparece conversando com um conjunto de estátuas que acabavam de chegar de Portugal. Havia sido encomendadas a um artista português e seriam distribuídas entre várias repartições públicas. Como as estátuas eram homens portugueses recém-chegados ao Rio, logo muito suscetíveis à febre amarela, Pereira Rego discursava para eles a respeito dos cuidados higiênicos que deveriam tomar. Quer dizer, Pereira Rego passava o tempo pregando a estátuas. O humor ajuda a difundir a imagem da higiene pública como incapaz de propor políticas eficazes em relação à febre amarela nesse período.

O desafio da homeopatia também é seriíssimo, a começar já na epidemia de 1850. O diretor do *Jornal do Commercio* se tornara um adepto da homeopatia e abriu as colunas do jornal à propaganda dos homeopatas. O *Jornal*, como era conhecido, era o principal diário do país e praticamente o único que circulava nas províncias. Homeopatas importantes como João Vicente Martins e Maximiano Marques de Carvalho passaram o período epidêmico de 1850 escrevendo uma coluna atrás da outra para dizer que os alopatas estavam matando os doentes de febre amarela. A sangria matava os pacientes. Outra coisa que fazem é oferecer tratamento homeopático de graça aos pobres. Abrem clínicas pela cidade nas quais prometiam tratar de graça os pacientes de febre amarela que não pudessem pagar. Em *História e descrição*, Pereira Rego procura justificar a medicina oficial e suas dificuldades durante a epidemia de 1850, acusando a pressão que os alopatas sofreram diante das acusações dos homeopatas, aos quais o autor, por sinal, não se refere explicitamente, preferindo incluí-los no conceito mais geral de charlatanismo. A homeopatia também alcançara aceitação importante entre a classe política imperial. Uma proposta para a criação de uma enfermaria homeopática durante o surto epidêmico de 1850 foi longamente debatida na Câmara dos Deputados e derrotada por uma margem estreita de votos. Essas dificuldades todas, com divisão entre médicos alopatas e homeopatas, a inexistência de tratamentos eficazes contra a febre amarela, a divisão da classe política, tudo isso me motivou a voltar à epidemia de 1850 no contexto da pandemia atual. Quem sabe assim consigo me situar melhor no presente, lidar com as incertezas do momento atual.

**Primeiro eu já digo que nós ficamos gratos por você se debruçar sobre esse livro do Pereira Rego, que é um clássico. Eu adoro esse livro. Eu acho ele uma fonte fantástica sobre doenças do século XIX, não só sobre a febre amarela, mas ele dá um bom panorama. Mas, eu também fiquei muito feliz de você se debruçar sobre os *Anais Brasilienses de Medicina*, e alguns termos que você utilizou, antes de citar o Nicolau Moreira – eu estudei ele no mestrado, vi que você encontrou o *Questão Étnica Antropológica*, que ele fala sobre os híbridos.<sup>17</sup>**

Efeitos do cruzamento de raças... É maravilhoso no mau sentido, é assustador.

**É maravilha para a gente entender o pensamento da época. É assustador, certamente. Agora, uma coisa que você foi falando, e me trouxe, sobre a homeopatia. Um dos grandes homeopatas, nesse período, era o Saturnino Meirelles, que é o filho do Joaquim Cândido Soares de Meirelles. Eu não sei se você sabe, provavelmente você**

<sup>17</sup> MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Questão étnica-antropológica: o cruzamento das raças acarreta degradação intelectual do híbrido resultante?* *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, t. XXI, 1869.

**sabe, que ele é um médico negro e é o fundador da Academia Imperial de Medicina. Ele é um médico negro.**

Isso é outra questão que eu não sei nada a respeito, mas eu fico desconfiando que tem uma porção de “híbridos” naquela Academia Imperial de Medicina que a gente não sabe que eram “híbridos”.

**O Jacinto Pereira Reis é negro também. Ele é mulato. Ele era o presidente do Instituto Vacínico. Ele é sogro do Saturnino, e cunhado do Meirelles. Está tudo entre parentes. Aí, o que eu queria te perguntar é como você percebe a participação desses intelectuais negros, desses profissionais médicos, engenheiros, literatos, na sociedade brasileira, tanto do século XIX quanto no início do XX. Você também recentemente organizou um livro sobre pensadores negros. Então, como é que tem essa percepção?**

**Porque, na nossa percepção, são pessoas que acabam sendo invisibilizadas, como você mesmo falou, “deve ter muito híbrido e tal...”. O Saturnino eu não sei como ele era fisicamente, mas a gente sabe que o Meirelles era negro, o Jacinto também, que é o sogro dele, era negro. Depois eu te conto como é que o Saturnino virou homeopata – tem uma historinha sobre isso –, sendo o pai dele um dos maiores alopatas do Império, um dos maiores médicos do Império. Mas, fala para a gente um pouco sobre esses intelectuais, sobre essa questão da invisibilidade dos negros no Império, desses intelectuais.**

Primeiro, como eu adoro uma digressão, vou fazer mais uma. Durante a pesquisa agora, li um trabalho sobre homeopatia, defendido na UNICAMP, que mencionava o fato de o José Pereira Rego ter comparecido à reunião que fundou o Instituto Homeopático do Brasil –era assim que se chamava, se não me falha a memória—liderado pelo João Vicente Martins, nos anos 1840. Ela citava uma fonte, um livro sobre a história da homeopatia. Não consegui o livro citado, mas fui aos jornais, procurei loucamente, para ver se confirmava a informação em outra fonte. Eu tinha a data da reunião, procurei em dias anteriores, posteriores, para ver se o José Pereira Rego aparecia na lista de quem tinha estado presente na fundação do Instituto Homeopático do Brasil. Não encontrei nada. Seria muito curioso ver Pereira Rego, ainda bem jovem, entre os homeopatas que lhe causariam tanto dissabor anos depois.

Agora vamos aos médicos, engenheiros e literatos brasileiros negros na segunda metade do século XIX. Há pouco tempo saiu um livro muito importante quanto aos literatos, de Ana Flávia Magalhães Pinto, que organizou comigo o livro *Pensadores Negros – Pensadoras Negras*.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (Orgs.). *Pensadores Negros – Pensadoras Negras*: Brasil, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: MC&G; Fino Traço, 2016. A segunda edição saiu em 2020 pela Fino Traço.

Ela fez doutorado na UNICAMP, cuja versão revista agora é o livro.<sup>19</sup> Ela aborda tanto literatos negros mais conhecidos, como José do Patrocínio, Luís Gama, Machado de Assis, quanto vários outros que são menos conhecidos, figuras que não permaneceram na história que se conta sobre esse período. Ela mostra que esses literatos estavam muito mais relacionados entre eles, discutindo questões em comum como escravidão e abolicionismo, do que se poderia imaginar à primeira vista. Há muita troca de ideias e de correspondência, textos que respondem uns às ideias dos outros. Eles compartilham a percepção de que têm alguma coisa em comum; de que estão enfrentando a mesma situação em sua condição de literatos negros. Havia uma tradição de presença de jornalistas e literatos negros na Corte que vinha de longe. Paula Brito, Torres Homem, Justiniano José da Rocha –todos “mulatos”, “mestiços” ou “pardos”–haviam brilhado na imprensa na primeira metade do século, representando inclusive tendências políticas distintas. Mas Ana Flávia conclui que essa tradição em grande medida se perdeu. Já no início do século XX, quem aparece mais é Lima Barreto, que participa do debate público denunciando a exclusão dos negros, inclusive da redação dos jornais. Ainda precisamos de mais estudos para entender o que acontece com os intelectuais negros nessa virada do Império para a República, o que faz com que sejam invisibilizados. Histórias que se contam a respeito de Machado de Assis, e à revelia dele, parecem metáfora desse processo, com o romancista cada vez mais ocupando o imaginário das elites como homem branco. É famosa a história de Joaquim Nabuco reclamando de José Veríssimo por este ter se referido a Machado de Assis, em artigo para homenageá-lo após a morte, como “mulato”. Nabuco considerou aquilo uma gafe, achava que Machado de Assis não teria gostado. Não cabia chamar de mulato uma personagem de tamanha estatura intelectual. Morto, Machado de Assis nada disse sobre as ideias de Nabuco.

Mas pode ser que vocês saibam de estudos que estejam sendo feitos sobre esses médicos afrodescendentes que estavam na Academia Imperial de Medicina. Se vocês conhecem estudos sobre o tema, por favor digam quais são para eu ler.

**É parte até da minha pesquisa. Eu publiquei agora, há pouco tempo, na *Revista da ABPN* sobre o Joaquim Cândido Soares de Meireles.<sup>20</sup> Mas, realmente é complicado, porque você tem de ir buscando ou em textos de jornais ou em discursos no parlamento, para ver em algum lugar onde está escrito que eles são negros. Concordo com você, não é que se esconda. Chegou um momento em que isso começou a ser não falado. E, eu acho que isso também é da virada do século.**

**Sobre o *Cidade Febril*, tem só mais uma coisa que eu queria saber de você, tem a ver com a questão da varíola. Você já colocou aqui sobre a imaginação, “saltos**

<sup>19</sup> PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2018.

<sup>20</sup> LIMA, Silvio Cezar de Souza. Joaquim Candido Soares de Meirelles: um médico negro na Corte Imperial (1797-1868). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Especial, p. 320-343, ago. 2020.



**imaginativos”, etc. Eu acho fantástico quando você faz essa ligação da variolização ritual, com culto de Omolu, etc. Partindo disso, como é que você vê a influência dessas práticas da cura dos africanos, a influência deles, nas artes de curar do Brasil? É claro, você orientou um monte de gente que fala maravilhosamente bem sobre isto. Então, como é que você vê isso?**

Eu só tive a ideia de me aventurar por esse caminho no *Cidade Febril* por causa de Robert Slenes, claro. Ele estava, naqueles anos 1990, cada vez mais mergulhado na virada africanista na bibliografia a respeito da escravidão no Brasil. Já mencionei que em meados do século XIX 60% dos escravizados habitantes da cidade do Rio de Janeiro haviam nascido na África. Em municípios como Vassouras e Campinas, ao longo dos anos 1850, você tem, às vezes, entre 80% e 90% da força de trabalho escravizada nas grandes fazendas constituída por africanos. Existia, de fato, uma África no Brasil. Não era uma África propriamente, pois ninguém era “africano” na África naquele tempo, mas uma diversidade grande de gente de várias etnias, vinda de lugares diferentes da África. Bob estava em pleno mergulho nessa dimensão, insistindo na necessidade de africanizar o nosso conhecimento da escravidão brasileira. Essa é uma área que cresceu muito, no Brasil e no exterior. Na época, eu tinha poucas referências que podia seguir tanto na bibliografia brasileira quanto, talvez surpreendentemente para mim, também na bibliografia internacional. Mas fui vendo que essa dimensão poderia permitir articular aspectos que de outra forma pareciam não fazer sentido. Por exemplo, eu lia um relatório médico, presente nos papéis do Ministério do Império, e o vacinador descrevia a experiência de tentar vacinar a população no interior da província do Rio de Janeiro, onde havia um surto de varíola. Ele chega lá e as pessoas fogem. As que não fogem dizem que não precisavam ter vacina porque já haviam sido variolizadas. O vacinador conclui que as pessoas tinham sido variolizadas por algum curandeiro local. Eu pensava: “Nossa, de onde pode vir isto?” Eram lugares com a população majoritariamente africana ou diretamente descendente de africanos. A bibliografia foi dando pistas, ideias de como articular explicações plausíveis para fragmentos cujo sentido antes me escapava inteiramente. Os médicos não estavam preparados para ver essa dimensão porque para eles isso tudo era superstição, barbárie. Não tinham disponibilidade cultural para entender que o que viam poderia ter ligação com religiões afro-brasileiras, com o orixá da varíola. Desde então a bibliografia internacional, não propriamente a respeito de varíola, mas sobre a importância desses conhecimentos médicos ou de cura africanos, aumentou. Um livro fundamental é o de James Sweet, *Domingos Álvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World*.<sup>21</sup> Domingos Álvares era um cara ligado à varíola, a Omolú. Sweet mostra a trajetória de Domingos pelo Atlântico, pelos vários lugares que ele esteve ainda no final do século XVIII e início do XIX. Em todo lugar ele tenta criar uma comunidade que tenha a ver com as habilidades de cura que ele tem para prestar assistência à população. Sweet argumenta que

---

<sup>21</sup> SWEET, James H. *Domingos Álvares, african healing, and the intellectual history of the Atlantic World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

o que acontece nesse universo da cura tem a ver com as matrizes intelectuais africanas. É um livro fantástico, baseado em muita pesquisa e em muito arrojo de imaginação. Em suma, acho que ainda há muito para explorar, tanto quanto a profissionais “negros” na medicina científica, quanto a continuar a entender cada vez melhor essas práticas curativas de africanos ou descendentes diretos de africanos no Brasil, como elas conviviam com outras práticas locais de cura, como as indígenas. E há convergências estranhas, como, por exemplo, curadores africanos que também aplicavam sangrias, ventosas. Têm uns pontos de convergência muito curiosos, estranhos. Deve haver mais pesquisa em andamento sobre esses temas, além dos ótimos estudos de Tania Salgado Pimenta sobre os barbeiros-sangradores na Corte.

**Pegando um pouco o gancho dessa discussão sobre os intelectuais, pensadores e pensadoras negros e negras, do final do século XIX e início do século XX; e pensando essa relação entre história da saúde, história das doenças e história da medicina nessa virada do Império para a República – existe muito trabalho sobre essa virada, mas há muita coisa ainda para se investigar – e esse debate sobre “cidadania”. Para mim, uma das palavras-chave, que tento sempre trabalhar, é essa ideia da cidadania. Então, pensar essa ideia de história da saúde, das doenças, da medicina, nesse final do século XIX e início do século XX, cidadania, luta por direitos, democracia... Enfim, se você quiser falar sobre a última pergunta, que é a epidemia atual, vamos falar de COVID-19. Como você enxerga essa virada do século XIX para o XX e essa discussão sobre cidadania, sobre democracia, história da saúde, história das ciências, história das doenças, história da medicina?**

Uma das coisas que fiz nessa volta ao tema epidemia e história foi tentar entender melhor a mudança de paradigma no universo da saúde pública –de Pereira Rego, o “barão dos miasmas”, à virada da microbiologia e suas consequências. Acabei não abordando esse assunto no posfácio ao livro do Pereira Rego, em parte por falta de espaço, em parte porque não fazia sentido ir muito além da morte dele, que ocorre em 1892. Mas juntei alguma coisa sobre o João Batista de Lacerda, sobre o discurso dele no Congresso Mundial das Raças, em 1911, como isso se conectava com o que eu havia lido nos *Annaes Brasilienses de Medicina* da década de 1870, como há uma linha de continuidade entre as discussões dos anos 1870 e o pensamento racial da virada do século XIX ao XX no Brasil. Tudo resulta na teoria do embranquecimento, que me parece cada vez mais a teoria do genocídio lento, gradual e seguro da população negra brasileira, para prestar homenagem às avessas à ditadura de 1964, cujos generais inventaram a abertura lenta, gradual e segura. O genocídio lento, gradual e seguro se executa de várias maneiras, algumas muito violentas, como na desigualdade extrema reforçada pelo racismo estrutural e pela violência policial a ela ligada. E ocorre também em sua versão mais silenciosa e insidiosa, como no darwinismo social do século XIX, nunca de todo descartado, e que ressurge com força no momento da COVID-19, a informar a política do atual governo brasileiro de buscar atingir

imunidade de rebanho deixando morrer a população mais vulnerável ou obrigada ao risco sanitário para sobreviver –os pobres em geral, entre os quais negros são maioria. Infelizmente, houve médicos envolvidos na articulação da teoria do embranquecimento no século XIX, como há uma penca deles agora, inclusive associações de classe, se prestando ao papel de justificar a necropolítica do governo brasileiro.

Mas voltando à virada do século, para explorar mais a complexidade da relação entre ciência, saúde pública e cidadania. Quando a medicina se tornou mais eficaz em questões de saúde pública, na virada do século XIX ao XX, houve a tendência de adotar políticas nessa área sem muita atenção às reações possíveis da população. Por exemplo, a leitura do material da Diretoria de Saúde no período em que Oswaldo Cruz estava organizando a campanha contra a febre amarela é instrutiva. Por um lado, impressiona o salto técnico que havia sido dado, digamos, entre 1870 e 1903-4. Em 1870 ainda havia quem quisesse dar tiro de canhão em miasmas. No início do século, havia muita informação sobre a Missão Médica do Exército Americano em Cuba, como havia ocorrido o combate ao mosquito e o controle da doença no país caribenho e um plano detalhado sobre como seria a ação no Rio de Janeiro. Por outro lado, chama a atenção a falta de qualquer plano para convencer a população, para lidar com eventuais resistências, mesmo para explicar às pessoas o que seria feito. Iriam entrar em casas, isolar ambientes, remover pacientes e moradores, lacrar portas e janelas, vaporizar veneno para matar mosquitos, etc., sem que houvesse palavra a respeito de como convencer a população a colaborar com as medidas, ou ao menos aceitá-las. Percebe-se como essa convicção científica pode assumir ares de licença para comprimir a cidadania, numa virada violenta e alienante da população. No caso da febre amarela, acabou dando certo. Mas o rancor que se acumulou naquela ação deve ter sido importante para a eclosão da Revolta da Vacina em novembro de 1904, um evento trágico, pois provocou a paralisação do serviço de vacinação, seguido de uma epidemia gravíssima de varíola quatro anos depois, com milhares de vítimas na cidade. Houve uma desconexão entre capacidade técnica e comunicação. Ciência armada de arrogância não funciona.

No início do século XX, o desafio das autoridades públicas tinha a ver com o fato de que não havia um histórico de sucesso de políticas de saúde pública para mostrar para as pessoas, para aumentar a confiança da população. Agora, com a COVID-19, o problema é de outra ordem. Há uma longa história de sucesso de campanhas de imunização, houve uma verdadeira revolução na expectativa de vida da humanidade devido, entre outros fatores, aos avanços da medicina. O desafio agora é que há um movimento político global, cada vez mais organizado, que tem como uma de suas principais agendas o negacionismo científico. Vivemos uma espécie de emergência política mundial, que pode ou não ter começado a mudar com o resultado da última eleição presidencial norte-americana. O negacionismo científico é uma ação política deliberada, cujas origens e história já podemos traçar com relativa precisão. A produção deliberada de fatos alternativos quanto à ciência teve um marco inicial importante quando, na década de 1950, a indústria do cigarro reagiu às primeiras pesquisas que mostravam uma clara relação entre tabagismo e câncer. O estudo da Naomi Oreskes, professora aqui em Harvard,

mostra como a indústria do cigarro de fato financiou pesquisas para causar confusão, para plantar dúvidas quanto à associação entre tabagismo e câncer. É fácil imaginar o poder da indústria do cigarro naquele período. Basta ver qualquer filme de Hollywood nos anos 1950 e 1960 –quase todas as personagens fumam, ou ao menos todas as que têm *glamour* e *sex appeal*. A confusão prosperou. Ao noticiar mais uma pesquisa demonstrando que fumar podia provocar cancer, algo que aos poucos se tornou consenso na ciência digna do nome, o jornalista seguia o protocolo e ouvia um pesquisador disposto a dizer o oposto. São as falsas equivalências ou polarizações, que continuam a acontecer, agora armadas de uma multiplicidade de meios de comunicação capazes de potencializar mentiras e desinformação infinitamente em tempo real.

É como pesquisa sobre mudança climática hoje em dia. Existe consenso científico sobre a influência da humanidade na transformação do clima do planeta –o Antropoceno é uma realidade. Mas persiste uma oposição política sistemática à realidade da mudança climática, ligada evidentemente aos interesses de setores do capitalismo internacional que não querem deixar de explorar combustíveis fósseis, monoculturas predatórias, criação e assassinato em massa de animais para consumo humano, e seus vários corolários quanto a políticas públicas – estado mínimo, redução de direitos de trabalhadores, desregulamentação ambiental, etc. Tudo isso importa para entender o que ocorre agora com a pandemia da COVID-19. Em nenhum momento você pode imaginar a ciência e a aplicação dela como deslocadas dessas outras dimensões da sociedade, da economia e da política. Nessa hora, é importante que os historiadores tentem mostrar como a politização desse debate tem uma história; como a construção do ceticismo em relação à ciência vem, pelo menos, desde os anos 1950. Além disso, se está diante de uma situação em que as coisas estão fora de controle num sentido que não era possível antes, porque com as novas mídias estamos num mundo em que a reprodutibilidade infinita do discurso instantaneamente nivela a competência das falas, cria a ilusão da equivalência dos discursos. Por exemplo, antigamente, se alguém quisesse produzir um texto duvidando que a imunização contra o sarampo fosse eficaz, essa pessoa teria de redigir o texto a mão ou digitá-lo numa máquina de escrever, mandar para um editor, que provavelmente exigiria modificações, e só então o texto seria eventualmente impresso. Tudo isso demoraria muitos dias, a pessoa teria tempo de sobra para pensar se ela queria fazer aquilo ou não, depois os outros teriam de ler e articular uma resposta, que cumpriria as mesmas etapas. Tudo isso agora é a pré-história do mundo da comunicação em rede. Estamos na era da reprodutibilidade instantânea e descontrolada do discurso. Durante um tempo se imaginou que isso era a democracia. A palavra não está mais monopolizada por determinados setores. Essa dimensão é bacana, liberdade de expressão e tudo mais. Porém, o que se fragilizou foi a possibilidade de defesa da liberdade acadêmica, da liberdade de proferir discursos de conhecimento. Está cada vez mais difícil diferenciar discursos de conhecimento e discursos de opinião e, nesses últimos, opinião oferecida de boa fé e discursos deliberadamente falsos e mentirosos. Perderam-se também mecanismos de cobrança de responsabilidade pelo que se diz, o que é especialmente grave no caso de autoridades públicas, virou vale-tudo. Como resgatar a noção de liberdade acadêmica em meio ao atual vale-tudo da liberdade de expressão? Como reconstruir o espaço

para articulação de discursos que se submetam a critérios de prova, em que os critérios de convencimento sejam marcados por evidências? O espaço da opinião informada pelo conhecimento ficou comprometido na era da reprodutibilidade instantânea do discurso. Há um desequilíbrio total de capacidades de intervenção. A liberdade de expressão cancelou a liberdade acadêmica. Como lidar com isso?

O que me parece mais grave é que há forças políticas empenhadas em interditar ou cancelar os discursos de conhecimento. Veja o que ocorreu nos Estados Unidos durante o período da pandemia sob a presidência de Trump. A principal autoridade da área de saúde pública do governo, Anthony Fauci, falava na seriedade da pandemia, máscaras, distanciamento social, etc., enquanto Trump desdizia tudo o que o outro falava, e fazia o oposto. Isso criava uma confusão generalizada quanto à mensagem a ser transmitida para a população, transformando um assunto de conhecimento científico em mais um item de polarização política. O presidente da Bruzundanga, país inexistente ao sul do Equador inventado por Lima Barreto, faz a mesma coisa, inspirado em Trump. Com uma diferença. Apesar de um histórico de declarações irresponsáveis de ceticismo quanto a vacinas, Trump ouviu o que lhe disseram a este respeito quanto à COVID-19 e o governo norte-americano investiu bilhões de dólares nas pesquisas que nos deram os imunizantes. Na Bruzundanga, a cópia degenerada de Trump não só trabalha para destruir a nossa capacidade científica em geral, inclusive a de produzir vacinas, como também se recusou a comprar imunizantes que lhe foram oferecidos lá atrás, aos milhões, mesmo mediante descontos significativos. O problema quando se interdita o conhecimento é que a ignorância e a irresponsabilidade reinam sem limite. Na verdade, deveria haver limites institucionais ao governo pelo negacionismo e pela ignorância. Que esses limites não funcionem diz muito sobre o estado atual da democracia na Bruzundanga.

É claro que a COVID é um desafio enorme para a ciência também, tanto no sentido das pesquisas propriamente ditas quanto no que concerne à comunicação com a população. Tem sido fascinante acompanhar as idas e vindas do conhecimento a respeito de como a doença se transmite, as aulas públicas a respeito dos sintomas e cuidados que se deve tomar, o acompanhamento dos avanços quanto às vacinas, etc. A informação sobre a ciência da COVID-19 está chegando em todos os lugares e as dificuldades de médicos e cientistas são noticiadas, por mais que, como já mencionado, seja um desafio distinguir conteúdos de conhecimento em meio ao ruído incessante do negacionismo. Mas será interessante acompanhar o que essa exposição toda do fazer científico significará a médio e longo prazo para a credibilidade da ciência diante da população. Pode ser que tudo dependa do desfecho da pandemia, de até que ponto se imporá a importância da vacinação no controle da tragédia. Enfim, será algo interessante de observar nos próximos anos, até que ponto o negacionismo científico continuará viável como ideologia política.

**Nesse momento de pandemia, eu lembro que vi... É que você não tem redes sociais...**

Não tenho quase nada, em especial não tenho telefone celular. Nem me arrependo. Abri recentemente uma conta de Instagram, a pedido de um amigo que queria me entrevistar usando esse troço. Desde então postei lá anúncios de três ou quatro eventos dos quais participei, mais uma foto minha no dia em que recebi a segunda dose da vacina da COVID-19. Minha homenagem singela à ciência contra o negacionismo. Mas não me engajo nas redes de jeito nenhum. Imagine se eu digo alguma coisa e sou cancelado pelas pessoas... Eu não tenho tempo para isso. Prefiro ler a imprensa profissional –agora mais importante do que nunca—, livros, artigos, tudo escolhido com cuidado, pois a vida é curta para gastar com bobagens. Estou bem assim.

**Facebook eu não tenho mais. Eu tenho Instagram e Twitter. O Twitter eu acho uma ferramenta interessante de informação. E aí, nesse meio da pandemia, eu vi um meme assim: “É muito cansativo ser testemunha ocular da história”. A gente está nesse momento, somos testemunhas oculares da história e é cansativo. É melhor ser otimista.**

É melhor ser otimista.

Para quem vive como nós, digamos assim, do exercício de tornar as coisas mais complexas, de evitar respostas simples e de buscar refletir sobre as indeterminações, este é um momento de profundo aprendizado em meio à tragédia. É preciso refletir sobre os sentidos históricos de longo prazo de tudo isso, de poder comparar com outros momentos, de ver, por exemplo, como a COVID rapidamente se transforma de uma doença que chega de avião e enche os hospitais de elite de São Paulo para uma doença que se torna gravíssima na periferia das cidades, da importância do racismo estrutural em tudo o que acontece –inclusive quanto à opção pela necropolítica por parte do governo da Bruzundanga. Temos a obrigação de pensar tudo o que acontece em função das continuidades da história do país, da doença como fato social, da morte como uma doença social. Sem deixar de reconhecer, por um minuto sequer, que temos o privilégio de passar por tudo isso em casa, com nossos livros e computadores, estudando e dando aulas sem necessidade de nos arriscar, ou podendo calcular bem os nossos riscos.

**Você está certo. E, eu acho que é isso. A gente também tem de reconhecer o nosso privilégio de poder ficar em casa e trabalhar no que gosta. É cansativo, às vezes, reunião online etc. É, mas poderia ser muito pior.**

Poderia e é. É muito pior para muita gente. Não tem como ficar reclamando. Ainda bem que podemos passar esse tempo de confinamento estudando, observando e pensando sobre o que está acontecendo. Afinal, pandemia e governo passarão, voltará a haver futuro.

## Referências

BARBOSA, Ruy. *Oswaldo Cruz*. Discurso pronunciado na sessão cívica de 28 de maio de 1917, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar & Botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da 'Belle Époque'. SP: Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte. SP: Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PINTO, Ana Flávia Magalhães (Orgs.). *Pensadores Negros – Pensadoras Negras: Brasil, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: MC&G; Fino Traço, 2016. A segunda edição saiu em 2020 pela Fino Traço.

*História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, publicação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Disponível em: <http://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 out. 2020.

LARA, Silvia Hunold. *Campos de Violência*. Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. RJ: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Silvio C. de S. Cruz Jobim e as doenças da classe pobre: o corpo escravo e a produção do conhecimento médico na primeira metade do século XIX. *Almanack*, Grarúlhos (SP), n. 22, p. 250-278, maio-ago. 2019.

LIMA, Silvio Cezar de Souza. Joaquim Candido Soares de Meirelles: um médico negro na Corte Imperial (1797-1868). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 12, n. Especial, p. 320-343, ago. 2020.

MOREIRA, Nicolau Joaquim. Questão étnica-antropológica: o cruzamento das raças acarreta degradação intelectual do híbrido resultante? *Annaes Brasilienses de Medicina*, Rio de Janeiro, t. XXI, 1869.

PEREIRA REGO, José. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro: Typografia da F. de Paula Brito, 1851.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2018.

REGO, José Pereira. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. São Paulo, Chão Editora, 2020, posfácio de Sidney Chalhoub (pp. 247-350).

SWEET, James H. *Domingos Álvares, african healing, and the intellectual history of the Atlantic World*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2011.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 3 vols.